

**Acessibilidade Comunicacional: Análise da presença de Tecnologias Assistivas em veículos de mídia brasileiros<sup>1</sup>**

**Communicational Accessibility: an analysis of the presence of assistive technologies in Brazilian media vehicles**

Samara L. Wobeto<sup>2</sup>

**Resumo:** A acessibilidade comunicacional leva em conta os processos comunicativos, sejam eles presenciais (conversa), físicos (livros) ou digitais (internet). O objetivo é analisar a presença ou não de tecnologias assistivas em matérias jornalísticas cujo tema geral é a acessibilidade. A partir do recorte comunicacional, elencou-se as tecnologias assistivas que integram o escopo da acessibilidade comunicacional: a audiodescrição e/ou descrição de imagem, legendagem para surdos e ensurdecidos, caixa de Libras e caracteres ampliados. Neste artigo, analisou-se 40 reportagens do Estadão, Folha de São Paulo, G1 e Gaúcha ZH. Constatou-se que os recursos de tecnologia assistiva são insuficientes em termos de acessibilidade comunicacional, ou mesmo inexistentes, no caso dos dois últimos veículos.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Comunicação; Tecnologia Assistiva;

**Abstract:** The communication accessibility takes into account the communicative processes, be they in person (talk), physical (books) or digital (internet). The objective is to analyze the presence or not of assistive technologies in journalistic articles whose general theme is Accessibility. From the communicational cut, assistive technologies that

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS.

O presente trabalho foi realizado sob orientação da professora Dra Viviane Borelli (UFSM).

<sup>2</sup> Estudante do 7º semestre de Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria - RS. Voluntária no Grupo de Pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais (Cimid). Bolsista no Programa de Educação Tutorial da Comunicação Social - PETCom, da UFSM. E-mail: [samara.wobeto@acad.ufsm.br](mailto:samara.wobeto@acad.ufsm.br).



# Anais de Artigos

## IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

integrate the scope of communicational accessibility were listed: audio description and/or image description, subtitling for the deaf and deaf, Libras' box and extended characters. In this article, analyzed 40 reports from Estadão, Folha de São Paulo, G1 e Gaúcha ZH. It was found that assistive technologies' resources are insufficient in terms of communicational accessibility, or even nonexistent, in the case of the last two vehicles.

**Keywords:** Accessibility; Communication; Assistive Technology.

### Introdução

A sociedade atual é palco de diversas formas de preconceito e opressão às minorias sociais. Entre estas encontram-se as pessoas com deficiência. Não raro, elas são deixadas à margem, seja pelo não cumprimento das leis, pelo preconceito ou pelo fato de que as pessoas não sabem lidar com as diferenças. A acessibilidade é fundamental não só para a inclusão de pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade, mas também para o desenvolvimento da consciência cidadã e social dos indivíduos. De acordo com Napolitano *et al* (2016, p. 128),

a acessibilidade é concebida como a possibilidade e a condição de alcance, percepção, entendimento e interação para a utilização, em igualdade de oportunidades, por qualquer indivíduo em quaisquer circunstâncias, independentemente de suas particularidades. (NAPOLITANO et al, 2016, p. 128).

Sassaki (2009, p. 10) define a inclusão como um processo por meio do qual os sistemas sociais são tornados adequados para toda a diversidade humana. Ao levar em conta que a acessibilidade torna-se plena quando uma pessoa com deficiência consegue usufruir de um bem, serviço ou circunstância de forma igualitária e autônoma, pode-se entender que os tipos de acessibilidade levam em conta diferentes barreiras. As seis dimensões da acessibilidade contemplam barreiras arquitetônicas, comunicacionais,



## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

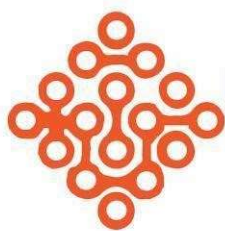
Vol. 1, N. 4 (2020)

metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais (SASSAKI, 2009, p. 10). Dessa forma, uma vez que existem barreiras, existem desafios. É fundamental levar em conta que a acessibilidade é um instrumento de emancipação individual e um modo de proporcionar ao indivíduo a autonomia perante as diferentes situações do cotidiano.

Deve-se lembrar que, ao longo da história, as pessoas com deficiência foram mortas, excluídas e marginalizadas através do capacitismo (SASSAKI, 2005). Quando uma pessoa com deficiência pode alcançar diferentes sistemas sociais de forma igualitária às pessoas sem deficiência, ela usufrui da acessibilidade plena. No entanto, é necessário lembrar que, mesmo que ela seja um direito garantido por lei, na grande maioria das vezes, infelizmente, esta não é cumprida.

Leite e Martins apud Napolitano et al (2016, p. 126), “entendem que a inclusão é um processo bilateral, em que a sociedade deve adaptar-se e promover soluções para poder garantir a participação de todo e qualquer indivíduo, independentemente de suas diferenças”. A partir desse entendimento, fica a reflexão de que a acessibilidade só será plena a partir da conscientização da sociedade quanto à sua importância e necessidade. No entanto, esse processo torna-se lento uma vez que o capacitismo, ou seja, o preconceito para com as pessoas com deficiência (VENDRAMIN, 2019), ainda é muito latente. Percebe-se, em comentários em *posts* nas redes sociais digitais, que a desinformação sobre o que é e qual a função da acessibilidade reforça esse preconceito.

A discussão em torno da acessibilidade comunicacional ainda é muito escassa, seja na academia ou mesmo na própria mídia. Quando o assunto é mencionado, leva-se em conta a questão mais visível do tema, ou seja, a acessibilidade física e arquitetônica. É de extrema importância que rampas, elevadores, banheiros adaptados, etc, estejam presentes nas diferentes esferas sociais. No entanto, a esfera comunicacional da acessibilidade muitas vezes é esquecida. Muitas pessoas desconhecem os recursos assistivos mais básicos para a comunicação, entre eles, a audiodescrição e/ou descrição da imagem (MOTTA e FILHO, 2010), a legenda para surdos e ensurdecidos (BRASIL, 2015), a caixa de Libras (SIQUEIRA e SOUZA, 2016; GRACIOLA, 2014), os caracteres ampliados e o leitor de tela (TANGARIFE, 2007). A importância em torno da



## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

ampliação e disseminação do assunto está no fato de que a comunicação humana é fundamental, pois compõe nosso dia a dia. Tudo que fazemos perpassa a comunicação, desde uma conversa entre partes, a leitura de notícias, mensagens trocadas nas redes sociais digitais, conferir a previsão do tempo, fazer compras e realizar pagamentos em meio virtual.

De acordo com Pimenta, A., Pimenta, R. e Kegler (2018, p. 9), a acessibilidade é fundamental pois permite que todos os indivíduos sociais “possam exercer a cidadania e a participação social” quando possuem as mesmas oportunidades. Essa ação permite reduzir “o processo de exclusão social enraizado na sociedade brasileira” (PIMENTA, A., PIMENTA, R. e KEGLER, 2018, p. 9). Para promoção da acessibilidade é necessário que os processos de inclusão compreendam todas suas esferas e alcancem toda a sociedade, em um movimento de aprendizagem gradativa e de educação cidadã. A inclusão social, por sua vez, não compreende somente políticas públicas que garantam a acessibilidade, mas deve entendê-la “como o processo de compreender e introduzir todos os cidadãos em todos os âmbitos que constituem a sociedade, estabelecendo condições para que estes possam viver com adequada qualidade de vida [...]” (NAPOLITANO *et al*, 2016, p. 127), e, assim, possam participar politicamente, “de forma fundamentada e consciente” (NAPOLITANO *et al*, 2016, p. 127).

Napolitano *et al* (2016, p. 127), entende a acessibilidade para além do conceito ao evidenciar que ela é um processo dinâmico associado ao desenvolvimento social. O autor aponta que o conceito de acessibilidade foi modificado ao longo da história e

[...] deixou de ser um conjunto de soluções [...] para se tornar a forma de construir e planejar arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinalmente serviços de livre acesso a qualquer cidadão, independente de suas características individuais. (NAPOLITANO *et al*, 2016, p. 127)

Portanto, pensar e discutir a acessibilidade comunicacional é fundamental. Uma vez que este tipo de pauta é evidenciada ao mesmo tempo em que não é colocada em



# Anais de Artigos

## IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

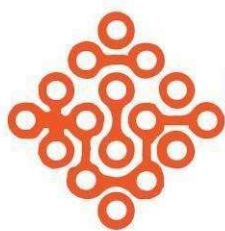
Vol. 1, N. 4 (2020)

prática, a discussão em torno do tema torna-se indispensável para que haja mudanças positivas nos diferentes modos de pensar e fazer comunicação.

Perante a proposta deste estudo, a acessibilidade comunicacional mostra-se como uma questão inerente e desafiadora diante da crescente complexidade social (VERÓN, 2004). O autor problematizou por mais de 30 anos o processo de mediação da sociedade em que lógicas midiáticas afetam os modos através dos quais atores individuais, coletivos e instituições se relacionam. Em sua proposta de um esquema para análise da mediação, Verón (1997), mostra que as relações entre as mídias, os atores individuais e as instituições afetam-se mutuamente e não ocorrem de forma linear. Dessa forma, observamos a necessidade de analisar a presença ou não de tecnologias assistivas em comunicação em matérias que tratam justamente da acessibilidade, para refletir sobre o processo de mediação da sociedade e, especificamente, a acessibilidade comunicacional.

### **1. Legislação, acessibilidade comunicacional e tecnologias assistivas**

A acessibilidade, no Brasil, é garantida por meio de leis, decretos e portarias. Elas são fundamentais na promoção dos direitos das pessoas com deficiência, apesar de nem sempre serem postas em prática. Faz-se necessário o conhecimento e a compreensão das mesmas para que possamos questionar e debater sua efetividade enquanto Direito. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) prevê igualdade entre todos os indivíduos. O Estado deve se colocar como promotor dos direitos individuais e sociais na busca pela promoção do bem-estar de todos. Há a proibição de discriminação salarial e prevê critérios de admissão para pessoas com deficiência. Além disso, a União é responsável por cuidar da saúde, assistência pública, proteção e garantia das pessoas com deficiência, além de proteger e integrar os mesmos à sociedade. A reserva de percentual de cargos e empregos públicos a esses indivíduos também está prevista na Constituição. Na área da educação, deve haver atendimento especializado e acesso a todos os níveis de ensino. O Governo é responsável por criar



## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

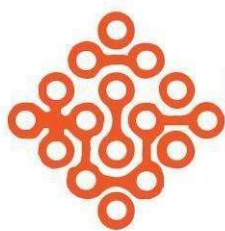
programas de prevenção e atendimento especializado, integração social do adolescente, normas de construção e adaptação de logradouros, edifícios e transporte público. (BRASIL, 1988).

O Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Busca assegurar a estes indivíduos a [...] universalidade, indivisibilidade, interdependência e a interrelação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, bem como a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência os exerçam plenamente, sem discriminação. (BRASIL, 2009, s. p.). Além disso, busca a garantia da diversidade e configura a discriminação contra qualquer pessoa, por motivo de deficiência, como violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano. Coloca como fundamental a “necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas, [...] sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade para fazer as próprias escolhas”. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil), 2008, p. 137).

A partir disso, têm-se que a área da Comunicação, e dentro da mesma insere-se o Jornalismo, é uma ponte de informação entre o mundo e as pessoas, e que, portanto, deve fazer-se acessível uma vez que as pessoas com deficiência integram o público consumidor e, muitas vezes, aquele sobre o qual se fala. Além disso, o Jornalismo pode ser uma garantia da diversidade prevista na legislação, através da presença de pessoas com deficiência nas redações dos veículos de mídia brasileiros<sup>3</sup>. Ademais, é imprescindível ressaltar que a acessibilidade na área da Comunicação é um fator determinante na comunicação efetiva para com as pessoas com deficiência, principalmente pessoas cegas, com baixa visão, daltonismo, pessoas surdas ou com baixa audição, entre outras. Isso se dá uma vez que essas deficiências estão localizadas nos principais órgãos dos sentidos responsáveis pela comunicação humana.

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que a diversidade colocada acima não se restringe apenas ao público com deficiência, mas abrange pessoas negras, LGBTQIA+, mulheres, pessoas periféricas, entre outras minorias sociais. No entanto, a discussão no presente artigo levará em conta, principalmente, o recorte das pessoas com deficiência, por tratar da acessibilidade comunicacional como assunto principal.



## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

O Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, define que barreiras nas comunicações e informações são “[...] qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação [...]” (BRASIL, 2004, p. 87). As barreiras definidas por Sasaki (2009, p. 10) levam em conta a dimensão comunicacional e/ou informacional. A partir da definição desta legislação, pode-se perceber que, no caso das pessoas com deficiência, esses entraves são comuns e, em muitos casos, fazem parte do dia a dia destes indivíduos. A desinformação e ausência das tecnologias assistivas em qualquer meio - aqui, falamos principalmente do meio digital, integram a principal barreira na garantia da acessibilidade comunicacional. No entanto, é preciso lembrar que o processo comunicacional e, logo, a presença de barreiras na comunicação, não ocorre somente no meio digital, mas também de forma presencial, entre um indivíduo com deficiência e um sem, ou entre indivíduos com deficiências diferentes (uma pessoa cega e uma pessoa surda, por exemplo)<sup>4</sup>.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, é instituída pela Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015). O capítulo II, artigo 63 da Lei, que trata do acesso à informação e à comunicação, têm que “é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis [...]” (BRASIL, 2015, s.p.). Diante disso, percebe-se que os veículos jornalísticos analisados neste estudo - Estadão, Folha de São Paulo, G1 e Gaúcha ZH, enquadram-se na definição de sítios - ou *sites*, de empresas com representação comercial no país, uma vez que os mesmos comercializam um produto: a notícia. Além disso, a importância de práticas acessíveis dentro do escopo de veículos comunicacionais não está somente no cumprimento da Lei, mas no alcance aos diferentes públicos que compõem a audiência.

---

<sup>4</sup> A partir disso percebe-se a importância de capacitação em acessibilidade para todas as áreas de atuação do mercado - e não somente no mercado, mas esta é uma discussão muito ampla e que não cabe neste momento de estudo.



## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

No caso das notícias analisadas, o recorte reflete essa importância de forma mais contundente, pois as mesmas tratam sobre as pessoas com deficiência e a acessibilidade.

Apresentadas as principais legislações brasileiras acerca da acessibilidade, com foco na questão comunicacional e informacional, compreende-se que a Lei é uma ferramenta importante quanto à garantia de direitos para a sociedade. Por um lado, tem-se que a mesma funciona como um modo de “impôr” aspectos essenciais e básicos quanto à garantia da acessibilidade. No entanto, não raro constata-se o não cumprimento da Lei. Neste estudo, por exemplo, percebe-se, na análise presente na próxima seção, que a acessibilidade é encontrada poucas vezes em meio digital, quando deveria ser regra. A partir disso, levanta-se o questionamento acerca da fiscalização do cumprimento da legislação. Se a lei não é cumprida, existe fiscalização? Quem fiscaliza? Quais são as punições para o seu não cumprimento?

A Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em resolução pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1975, prevê igualdade de direitos entre pessoas com deficiência e os demais indivíduos sociais, “o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível” (BRASIL, 1975). A partir disso, conta-se que a acessibilidade comunicacional é fundamental no cumprimento da Lei. Sasaki (2009, p. 11) entende que a acessibilidade, como um todo, “é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”. Entre um dos tipos de barreiras e tipos de acessibilidade, está a dimensão comunicacional, que leva em conta a ausência de barreiras e entraves comunicacionais no campo do lazer, do trabalho, da educação, entre outros (SASSAKI, 2009, p. 12).

De acordo com Nunes *apud* Schirmer (2008, p. 7), “muitas pessoas com dificuldades de comunicação podem não conseguir se comunicar com eficácia utilizando os meios de comunicação mais naturais ou comuns, como a fala e a escrita”.





## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

A fim de suprir esses entraves que permitem a efetividade comunicacional para pessoas com deficiência, existem as Tecnologias Assistivas. Para Alves *et al* (2009, p. 148),

A tecnologia assistiva é um campo interdisciplinar do conhecimento, compreendendo produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que visam promover a funcionalidade das pessoas com deficiência visual no que diz respeito à autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (ALVES *et al*, 2009, p. 148, tradução nossa)

O termo “tecnologia assistiva” foi cunhado por Romeu Sasaki em 1996, e é encontrado de forma predominante no meio acadêmico brasileiro (TANGARIFE, 2007, p. 46). Refere-se a “toda aquela tecnologia desenvolvida para permitir o aumento da autonomia e independência de idosos e de pessoas portadoras de deficiência em suas atividades [...]” (TANGARIFE, 2007, p. 49). De acordo com a classificação de Tangarife (2007, p. 50), elas dividem-se em onze categorias: auxílio para a vida diária, comunicação aumentativa e alternativa, recursos de acessibilidade ao computador, sistemas de controle de ambiente, projetos arquitetônicos, órteses e próteses, adequação postural, auxílios de mobilidade, auxílios para cegos ou com visão subnormal, auxílios para surdos ou com déficit auditivo e adaptações em veículos. Neste estudo, iremos tratar apenas dos recursos assistivos relativos ao escopo da comunicação, que compreendem o recorte analisado. Entre as principais TA's, estão a audiodescrição e/ou descrição de imagens, caixa de Libras, legendagem para surdos e ensurdecidos, leitor de tela e caracteres ampliados.

De acordo com Motta e Filho (2010, p. 11), a audiodescrição contribui para a inclusão cultural, social e escolar e “é uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação” (MOTTA e FILHO, 2010, p. 11). O recurso assistivo amplia possibilidades de comunicação não só para pessoas com deficiência visual, mas também para os indivíduos com deficiência intelectual, idosos e disléxicos (MOTTA e FILHO, 2010, p. 11).



# Anais de Artigos

## IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

O recurso assistivo citado acima é, nada mais, que a técnica utilizada para traduzir imagens - estáticas ou dinâmicas (em movimento), em palavras. A pessoa com deficiência, ao receber uma audiodescrição, cria uma imagem mental daquela que foi descrita e, desse modo, pode inteirar-se das informações visuais de notícias, mensagens, eventos ao vivo, filmes, entre tantas outras coisas que compõem nosso dia a dia (MOTTA e FILHO, 2010, p. 11). De acordo com Motta e Filho (2010), a audiodescrição é feita em um processo que passa, primeiramente, por um audiodescritor roteirista, pessoa vidente que descreve a imagem. Depois, ela é enviada para um audiodescritor consultor, obrigatoriamente uma pessoa cega ou com baixa visão, que tem a função de analisar a descrição feita e apontar as lacunas do texto que impossibilitam a formação da imagem mental ou dificultam a compreensão da mesma. No entanto, para exercer a função de audiodescritor, a pessoa necessita de cursos de formação certificados, o que restringe a amplitude da utilização da audiodescrição no dia a dia. Em virtude disso, muitas vezes se faz necessária a descrição de imagens, que se diferencia da audiodescrição quanto ao processo: a descrição da imagem não passa por um audiodescritor consultor. Há o risco de que a descrição da imagem não fique precisa como deveria, mas a utilização deste recurso se faz importante quanto à aplicabilidade da mesma no dia a dia das redações, cujo ritmo de produção de conteúdo é frenético.

A presença de audiodescrição ou descrição de imagens em *sites* é fundamental para que as pessoas com deficiência visual possam utilizar a internet sem nenhum obstáculo. No entanto, para entrar em contato com um computador, notebook ou smartphone, por exemplo, ela necessita da instalação de um leitor de tela com síntese de voz, que “são aplicativos que viabilizam a leitura de informações textuais via sintetizador de voz [...]” (TANGARIFE, 2007, p. 58). É importante ressaltar que, apesar do uso do leitor de tela, a pessoa com deficiência não consegue compreender as imagens, pois o aplicativo faz a leitura do código da imagem presente no meio digital, e não a descrição. Por isso, a audiodescrição ou a descrição de imagens é imprescindível.

A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida, por meio da Lei Federal nº 10.463, como “meio legal de comunicação e expressão que possui um sistema linguístico de



# Anais de Artigos

## IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

natureza visual-motora com estrutura gramatical própria” (GRACIOLA, 2014, p. 27). A janela de Libras é uma ferramenta essencial em imagens dinâmicas em meio digital, como programas ao vivo na televisão e plataformas on-line, vídeos e filmes. Ela permite “que os surdos possam receber a informação igualmente, por meio da garantia de visualização do intérprete utilizando a língua gestual” (SIQUEIRA e SOUZA, 2016, p. 11). Além disso, para pessoas surdas ou com baixa audição, há o recurso da legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), definida pelo Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais (2015, p. 9) como “[...] a tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito [...]. Por ser voltada, prioritariamente, ao público Surdo e Ensurdecido, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário” (BRASIL, 2015, p. 9). Ademais, um recurso básico e importante são os caracteres ampliados, nada mais que a opção, disponibilizada pelos *sites*, de ampliar o texto apresentado. O recurso facilita a leitura para pessoas com baixa visão, dislexia, daltonismo ou deficiência intelectual.

Em sua dissertação de Mestrado, Segatto (2015) analisou 10 veículos jornalísticos digitais da América do Sul a partir dos conceitos do webjornalismo, da multimídia e da acessibilidade. A acessibilidade deve ser um princípio da atividade jornalística e das empresas (SEGATTO, 2015, p. 158) mas, “para que os jornalistas e as empresas de jornalismo se preocupem com a acessibilidade de suas notícias é necessário que as pessoas com deficiência sejam tratadas como público do webjornal” (SEGATTO, 2015, p. 160), o que não acontece na análise dos veículos elencados por Segatto (2015), e nem nos veículos analisados neste artigo, como pode-se conferir na próxima seção.

### **2. A presença de tecnologias assistivas em veículos de mídia brasileiros**

Nesta seção do artigo, apresenta-se a análise, a partir de levantamento de dados da presença e/ou ausência de tecnologias assistivas em quatro veículos jornalísticos brasileiros: Estadão, Folha de São Paulo, G1 e Gaúcha ZH. A etapa inicial da pesquisa,



## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

que abarcou justamente esse levantamento de dados, aconteceu entre setembro e outubro de 2019. O caminho metodológico é constituído pelas etapas descritas a seguir. Dentro do escopo da acessibilidade comunicacional, para fins de análise, levou-se em conta o recorte das tecnologias assistivas em reportagens e/ou notícias que tratem sobre acessibilidade.

A partir desta delimitação, partiu-se para a escolha das matérias para análise. Ao contar que o objetivo do estudo é detectar a presença ou ausência de tecnologias assistivas na prática jornalística, ou seja, nos produtos midiáticos digitais viabilizados pelos referidos veículos, têm-se que o número de reportagens e/ou notícias coletadas deve compor um volume considerável, a fim de que seja possível fazer inferências sobre os materiais. Por isso, o número de objetos para levantamento e análise foi definido em 40, sendo este total dividido em quatro veículos jornalísticos diferentes, ou seja, dez notícias e/ou reportagens por veículo.

A seleção dos veículos a serem analisados foi feita de maneira aleatória. A partir de uma pesquisa no *Google* com as palavras-chave “reportagem”, “notícia”, “acessibilidade”, optou-se pelos quatro primeiros veículos do resultado da busca: Estadão, Folha de São Paulo, G1 e Gaúcha ZH. A partir disso, fez-se uma nova busca no *Google*, com as mesmas palavras-chave da busca anterior acrescidas do nome do referido veículo. Ressaltamos que todas matérias foram analisadas a partir do que foi publicado na versão digital. Dentre os resultados da busca, dividiu-se as matérias dentro de oito temas: acessibilidade arquitetônica e física (17 matérias), Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (7), superação e inclusão (5), tecnologias assistivas (3), pessoas cegas e surdas (3), acessibilidade geral (3), inclusão no mercado de trabalho (2) e acessibilidade na educação (1).

Com base no levantamento, a análise foi feita por meio da conferência da presença ou ausência de tecnologias assistivas. Estas englobam vários elementos e técnicas, o que não permite que se possa conferir todas elas. Por isso, elencou-se aquelas que integram o escopo da acessibilidade comunicacional: a audiodescrição e/ou



## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

descrição de imagem, legendagem para surdos e ensurdecidos, caixa de Libras e caracteres ampliados.

Em um primeiro momento, verificou-se a presença de fotografias, vídeos ou outro tipo de elemento imagético, em função de que as tecnologias assistivas citadas acima levam em conta imagens, como explicado na seção teórica deste artigo. A partir disso, foi possível inferir que 86% das matérias (37/40) possuem imagens e que 14% (6/40) possuem vídeos. Parte-se, portanto, para a análise da presença de tecnologias assistivas, traçando um panorama geral quanto ao número de produtos jornalísticos. Aqui, é importante ressaltar que a conferência das tecnologias assistivas audiodescrição e descrição de imagem foram feitas por meio de um leitor de tela - *NVDA (NonVisual Desktop Access)*, instalado no notebook no qual a pesquisa foi feita. Levando em conta as 40 matérias para análise, dividiu-se a mesma em três pontos: tecnologia assistiva em vídeos, em imagens e nas matérias. Percebeu-se que a presença da tecnologia assistiva em vídeos configura em zero; nas imagens, há a presença em 17 delas e, nas matérias, ela manifesta-se seis vezes. É importante ressaltar que a TA em matérias corresponde à presença da opção de caracteres ampliados; nas imagens, à audiodescrição e/ou descrição das imagens; e nos vídeos, à audiodescrição e/ou descrição de imagens dinâmicas, à legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e à caixa de Libras.

Um quesito considerado é a análise individual de cada veículo, baseado nos mesmos critérios utilizados para traçar o panorama geral: a presença de tecnologias assistivas no produto jornalístico, nas imagens e nos vídeos. O “Estadão” possui tecnologia assistiva apenas em uma matéria. A presença do recurso em vídeos é zero, e, das 22 imagens presentes, 17 possuem algum tipo de tecnologia assistiva. É interessante analisar que as imagens com recurso assistivo integram a matéria que também possui recurso assistivo.



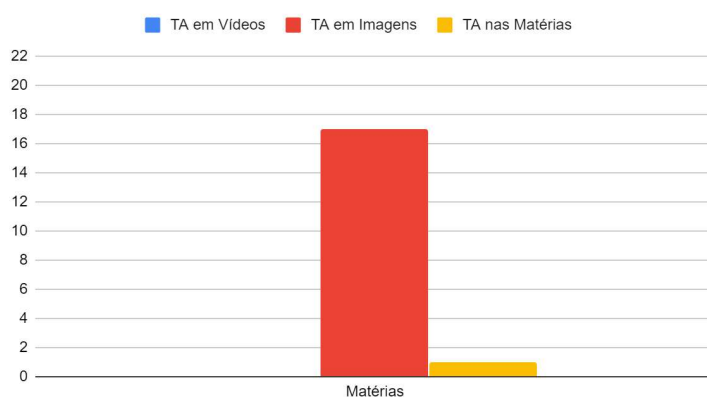
# Anais de Artigos

## IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

Veículo: Estadão

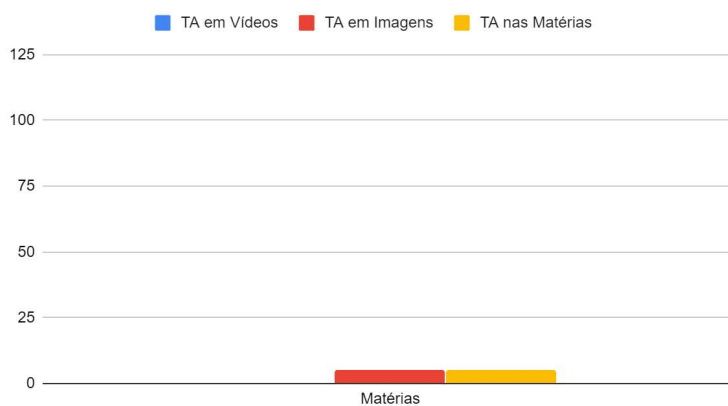


*Figura 1.* Fonte: WOBETO e BORELLI, 2020.

*Figure 1.* Reference: WOBETO e BORELLI, 2020.

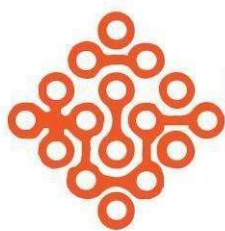
Quanto ao veículo “Folha de São Paulo”, há muitas imagens presentes nas matérias jornalísticas, principalmente por meio de galerias. Dos três vídeos, nenhum possui tecnologia assistiva. Das 125 imagens que integram as matérias, apenas cinco fazem uso de algum tipo de recurso. Quanto às matérias, cinco delas manifestam a presença de tecnologias assistivas.

Veículo: Folha de São Paulo



*Figura 2.* Fonte: WOBETO e BORELLI, 2020.

*Figure 2.* Reference: WOBETO e BORELLI, 2020.



# Anais de Artigos

## IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

No que se refere a “Gaúcha ZH” e “G1”, a partir da análise feita, não foi possível a confecção de gráficos, uma vez que não havia nenhum tipo de tecnologia assistiva em nenhuma das matérias, imagens e vídeos publicados.

Com base na análise inicial, que contempla o levantamento de dados quanto à presença ou ausência de tecnologias assistivas nos veículos de mídia referidos, é possível contemplar uma análise mais contundente quanto ao que os dados levantados significam no contexto da acessibilidade comunicacional. Napolitano *et al* (2016, p. 128), afirma que a garantia da acessibilidade na comunicação, em um mundo permeado pela ciência e pela tecnologia, está “diretamente ligado ao direito e à participação das pessoas com deficiência na vida pública do país e em ações de cunho social” (NAPOLITANO *et al*, 2016, p. 128). A importância da presença de tecnologias assistivas em um meio comunicacional é reforçada, ainda mais, pelo art. 63 da Lei Brasileira de Inclusão, que obriga a acessibilidade em *sites* com fins comerciais, o que contempla os veículos de mídia analisados. Percebe-se, portanto, que a legislação não é cumprida, o que exclui uma grande parcela da população do acesso à informação.

A partir disso, considera-se importante trazer para a análise uma notícia da “Folha de São Paulo”, a qual destacou-se quanto ao conteúdo ao referir “acessibilidade” quando anuncia uma mudança em sua política editorial, que contempla, entre outras, o incremento da acessibilidade no site.

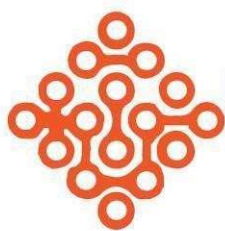
### **Acessibilidade é um dos focos da reforma da Folha**

O novo site foi pensado para ser mais acessível desde a criação do seu código

*Figura 3.* Manchete de reportagem. Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, 2018 .

*Figure 3.* News headline. Reference: FOLHA DE SÃO PAULO, 2018 .

A notícia, que destaca uma “navegação mais inclusiva e imagens com descrição de acessibilidade” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018, s.p.), ao passar pela conferência da



## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

presença de audiodescrição e/ou descrição de imagens com o leitor de tela *NVDA*, não apontou trazer nenhum tipo de tecnologia assistiva. A contradição entre o discurso e a ação revela-se um fator preocupante, uma vez que o veículo coloca-se em uma posição de destaque quanto à mudança da política editorial, mas, na prática, a acessibilidade comunicacional não está presente.

Além disso, dentro dos oito temas nos quais foram divididas as matérias, algumas das manchetes que merecem destaque, em função de que integram o escopo da acessibilidade comunicacional, abordam os temas das tecnologias assistivas e da acessibilidade para pessoas cegas e surdas. Uma delas traz, na manchete, a frase “Aplicativos para pessoas com deficiência: como a inteligência artificial pode melhorar a vida de milhões de brasileiros - Tecnologia ajuda na leitura de rótulos de produtos e documentos, e até na navegação em redes sociais” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). A partir da análise do objeto, percebe-se que, na matéria, há a opção de caracteres ampliados e a opção de ouvir o texto. Nas duas imagens, há uma breve descrição que, no entanto, não é suficiente para que uma pessoa cega ou com baixa visão possa formar uma imagem mental. A descrição presente em uma das imagens, e perceptível apenas com o uso de um leitor de tela, compreende as frases “Sombra de mulher. Vulto de dados.”, que, no contexto do recurso assistivo referido, torna-se insuficiente.

A terceira reportagem selecionada para análise traz como manchete a frase “Mulher cega processa Beyoncé por falta de acessibilidade do seu site - Portal oficial da cantora não estaria respeitando as leis americanas que tratam do assunto” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). A matéria não traz nenhum tipo de recurso assistivo. Quanto às imagens, além da imagem principal da reportagem, há a presença de uma galeria com 63 imagens. Na imagem principal, no lugar reservado para a audiodescrição e/ou descrição da imagem, há a legenda da mesma. As imagens da galeria não possuem nenhum tipo de recurso assistivo.

A quarta reportagem, cuja manchete é “Dell investe em tecnologia assistiva” (ESTADÃO, 2019), possui, na matéria, a opção de ouvir a reportagem, a tradução em Libras através do aplicativo *HandTalk*, e, na imagem e vídeo, uma descrição básica que





# Anais de Artigos

## IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

faz uso da *hashtag* “#pracegover”. A descrição contempla elementos básicos da imagem, mas, ainda assim, a imagem mental fica com lacunas.

Na última reportagem para análise, a manchete configura-se na frase “Instagram lança ferramenta que descreve fotos para pessoas com deficiência visual - Segundo o comunicado, essas são apenas as primeiras etapas para transformar a rede social em um lugar mais acessível” (GAÚCHA ZH, 2018). A matéria e imagens que integram a mesma não possuem nenhum tipo de recurso assistivo. Em um trecho da reportagem, mostra-se como inserir a descrição de imagens no aplicativo de rede social *Instagram*. A legenda da imagem, “Imagem mostra como será o texto alternativo”, evidencia justamente a importância de tecnologias assistivas na comunicação em meio digital. No entanto, a própria reportagem não faz uso de nenhum tipo de tecnologia assistiva.

A partir da análise das reportagens acima, que tratam do escopo da acessibilidade comunicacional, percebe-se que as mesmas, quando possuem recurso alternativo, este é pouco e insuficiente para atingir seu objetivo. É interessante ressaltar que, ao mesmo tempo em que os objetos analisados dão importância e evidenciam a tecnologia assistiva, os mesmos são inacessíveis para pessoas cegas ou com baixa visão que constituem o público sobre o qual se fala.

### **Considerações Finais**

A partir desse estudo inicial em acessibilidade comunicacional e da análise por meio de levantamento de dados, percebe-se que as mídias analisadas têm discurso contraditório. Há de se considerar que as 40 matérias analisadas, que possuem como pauta a acessibilidade, e, portanto, dirigem-se às pessoas com deficiência como um dos públicos, talvez o prioritário, não são acessíveis. Públicos que abrangem pessoas cegas, com baixa visão, pessoas surdas, com baixa audição, com daltonismo, dislexia ou deficiência intelectual, principalmente, não conseguirão acesso à informação em sua totalidade. Diante disso, percebe-se que produtos jornalísticos que tratam de temas relativos à acessibilidade, mas não são acessíveis, constituem uma contradição.



# Anais de Artigos

## IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que totaliza 45.606.048 milhões de pessoas (BRASIL, 2010). Os produtos jornalísticos inacessíveis significam a exclusão de uma grande parcela de leitores do acesso àquela informação. No caso do recorte analisado, o fato revela-se ainda mais preocupante uma vez que o público excluído constitui-se como o público prioritário desse tipo de informação. Evidencia-se esse fato ainda mais quando considera-se as cinco reportagens analisadas de forma mais aprofundada. Estas, ao destacar temas como o investimento da empresa “Dell” em tecnologia assistiva, a mudança da política editorial do veículo “Folha de São Paulo”, as mudanças que contemplam acessibilidade na rede social *Instagram*, os aplicativos que ajudam pessoas com deficiência e o processo à cantora Beyoncé pelo *site* inacessível, trazem à tona a importância da acessibilidade comunicacional. Entretanto, ao mesmo tempo em que colocam o tema em pauta na sociedade, mostram-se inacessíveis ou, quando utilizam de recurso assistivo, o mesmo é insuficiente para o cumprimento de sua função: o acesso à informação para todos.

Ademais, a ausência da acessibilidade comunicacional nas redações e veículos midiáticos constitui-se um fator grave, uma vez que “[...] a mídia tem grande poder de informar as pessoas e atrair sua atenção para conteúdos que as eduquem para os Direitos Humanos [...]” (NAPOLITANO *et al*, 2016, p. 129), além de moldar a opinião pública a partir de suas escolhas editoriais. Diante disso, a acessibilidade comunicacional mostra-se, mais uma vez, de extrema importância. A necessidade de sua implementação e normalização é notória, tanto nas escolas de Jornalismo quanto no dia a dia dos veículos jornalísticos/de mídia/comunicacionais.

### Referências

ALSINA, Miquel. A notícia como construção social da realidade. In: ALSINA, Miquel. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 45-52.



## Anais de Artigos

### IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

ALVES, Cássia Cristiane de Freitas et al. **Assistive technology applied to education of students with visual impairment.** In: Panam Salud Publica, Washington, v. 2, n. 26, p.148-152, 01 jan. 2009.

BRASIL. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Acessibilidade: Legislação Federal.** Brasília: -, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.** . Brasil, BR.

CULTURA, Secretaria do Audiovisual do Ministério da. **Guia Orientador para Acessibilidade de Produções Audiovisuais.** 2015.

GRACIOLA, Ana Rita. **Acessibilidade Comunicacional: Os processos de comunicação na inclusão social de pessoas com deficiência.** 2014. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Relações Públicas, Departamento de Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MELO, Isabelle Anchieta de. **A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade.** 2007.

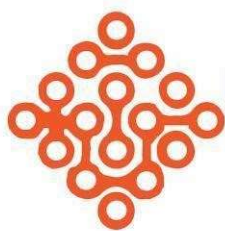
MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Org.). **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras.** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2010.

NAPOLITANO, Carlo José; LEITE, Lucia Pereira; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. **Acessibilidade em Pauta na Comunicação Midiática.** In: Journal Of Research In Special Educational Needs, Lisboa, v. 16, n. 1, p.126-129, 04 ago. 2016.

NAZARI, Ana Clara Gomes; NAZARI, Juliano; GOMES, Maria Aldair. **TECNOLOGIA ASSISTIVA (TA): do conceito a legislação - discutindo a TA enquanto Política de Educação Inclusiva que contribui na formação e inclusão de pessoas com deficiência..**

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005.

PIMENTA, Anna Christina Montanet; PIMENTA, Regina Maria Montanet; KEGLER, Jaqueline Quincozes da Silva. **Acessibilidade na Comunicação Pública: Análise do site da Prefeitura do Rio de Janeiro.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2018, Frederico Westphalen. **Anais...** . Frederico Westphalen: Ufsm, 2018. p. 1 - 15.



# Anais de Artigos

## IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Acessibilidade: Legislação Federal.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** In: Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** São Paulo:RNR, 2005, p. 12 - 16.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto. **Acessibilidade na Comunicação é um direito -: Comunicação Alternativa é um Caminho.** In: Teias, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p.3-11, 01 jun. 2008.

SEGATTO, Karine Armanda de Fátima. **Acessibilidade e Multimídia no Webjornalismo da América do Sul.** 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SIQUEIRA, Jonara Medeiros; SOUZA, Joana Belarmino de. **Jornalismo e Acessibilidade: TV Ines - Primeira webTV Acessível do Brasil.** In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos.n. 28, 2016, Caruaru. **Anais...** . Caruaru: -, 2016. p. 1 - 15.

TANGARIFE, Timóteo Moreira. **A acessibilidade nos websites governamentais: um estudo de caso no site da Eletrobrás.** 2007. 400 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Design, Departamento de Artes & Design, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2004.

VENDRAMIN, Carla. **Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo.** In: III Simpósio Internacional “Repensando Mitos Contemporâneos”: Campinas - SP, 2019. p. 16 - 25.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um Tecido.** São Leopoldo: Unisinos. 286 p. 2004.